

PROJETO BÁSICO

LEI Nº 17.928, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

1.1. Finalidade

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer os **REQUISITOS MÍNIMOS** e fixar condições a serem observadas para a contratação de empresa especializada para executar obras de construção civil, para atender à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), descrevendo e disciplinando todos os procedimentos e critérios que estabelecerão o relacionamento técnico entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.2. Objeto

Contratação de empresa especializada em prestar Serviços de Construção Civil, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico e Financeiro.

Assunto: **Reforma e ampliação.**

Unidade: **Colégio Estadual Dona Hormezinda Maria Carneiro.**

Endereço: **Praça Getúlio Vargas, Centro, Bela Vista de Goiás -GO.**

Município: **Bela Vista de Goiás - GO.**

Coordenação Regional de Educação – CRE: **Piracanjuba.**

1.3. Justificativa

A presente contratação justifica-se devido à necessidade de haver uma reforma geral, incluindo ampliações, na Unidade Escolar, de maneira a atender as atividades diárias, em que, a reforma englobará todos os setores que encontram-se carentes de melhorias, com o intuito de facilitar a execução das atividades diárias e proporcionar uma melhor infraestrutura.

A presente reforma inclui serviços como, pintura geral, reforma elétrica, dos sanitários, do administrativo, execução da calçada externa, implementação de acessibilidade, reforma da quadra de esportes, do telhado da Unidade Escolar, execução de novo forro. Há também ampliações com a implantação de cozinha, refeitório e passarelas cobertas.

1.4. A Obra

A reforma geral a ser executada na Unidade Escolar abrange várias estruturas em toda edificação:

- O bloco de cozinha reduzida é um padrão SEDUC e possui uma área de 77,35 m²;
- O bloco de refeitório é um projeto específico e possui uma área de 65,11 m²;
- O bloco de passarela coberta mod. 1 é um padrão FNDE e possui uma área de 10,08m²;
- O bloco de passarela coberta mod. 2 é um padrão FNDE e possui uma área de 20,16m²;

| TIPO DE OBRA | TIPO DE REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADA |
|---------------------|---|
| REFORMA E AMPLIAÇÃO | EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL |

2. DA DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS

2.1. Definições e siglas

- 2.1.1.** ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
CONTRATADA: é a pessoa jurídica signatária do contrato com a SEDUC-GO;
- 2.1.2.** CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação/Coordenação Regional de Educação.
- 2.1.3.** LICITANTE: Pessoa física ou jurídica habilitada para participar do processo licitatório e ofertar lances;
- 2.1.4.** NBR: Norma Brasileira Regulamentadora.
- 2.1.5.** NR: Norma Regulamentadora.
- 2.1.6.** SEDUC-GO: Secretaria de Estado da Educação de Goiás.
- 2.1.7.** CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- 2.1.8.** CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- 2.1.9.** CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 2.1.10.** ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 2.1.11.** RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.
- 2.1.12.** TCE: Tribunal de Contas do Estado.
TCU: Tribunal de Contas da União.

2.2. Normas

Normativos a serem adotados:

- 2.2.1.** NBR 7480/2007 – Aço destinado à Armaduras de Concreto Armado – Especificações;
- 2.2.2.** NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- 2.2.3.** NBR 11.682-2009 – Estabilidades de encostas (muro de arrimo);
- 2.2.4.** NBR 5671/1990 – Participação dos Intervenientes em serviços de obras de Engenharia e Arquitetura;
- 2.2.5.** NBR 5681/1980 – Controle Tecnológico da Execução de Aterros em obras de Edificações;
- 2.2.6.** NBR 6489/1984 – Prova de Carga Direta sobre terreno de Fundação;
- 2.2.7.** NBR 7678/1983 – Segurança em Obras;
- 2.2.8.** NBR 12.654/1992 – Controle Tecnológico de Materiais Componentes do Concreto;
- 2.2.9.** NBR 12.655/1996 – Concreto – Preparo, Controle e Recebimento;
- 2.2.10.** NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 2.2.11.** NBR 6151 - Proteção contra choques elétricos;
- 2.2.12.** NBR 5419 - Proteção de estrutura contra descargas atmosféricas;
- 2.2.13.** NBR 5626/1998 – Instalações de Água Fria;
- 2.2.14.** NBR 10844/1989 – Instalações Prediais de águas Pluviais;
- 2.2.15.** NBR 8160/1999 – Instalações Prediais de Esgoto Sanitário;
- 2.2.16.** NR-10 c/c o art. 2º, II, "c", da Lei nº 19.145 de 29/12/2015;

Escritório/Correspondências: Av. Transbrasiliana c/ Rua T-15, Qd. 610, Lt 03, Nova suíça, Goiânia-GO CEP: 74280-380

End. Pc Jeronimo Bento, nº s/n, Qd. 14 Lt.01, sala 01, Centro, Cep: 75.398-000 Santa Barbara de Goiás - GO

Razão Social: EJFB Engenharia EIRELI - CNPJ/MF Nº 31.304.945/0001-20

Fone: (62) 9 9181-6561 e-mail: betterengenharia@gmail.com

2.2.17. ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade às Edificações.

Obs.: Esta lista de normas não exaure a necessidade de observações de normas estaduais, municipais, trabalhistas, de segurança e outras envolvidas na realização do escopo deste Projeto Básico.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1.** A Empresa licitante deverá ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- 3.2.** A Empresa licitante deverá ser habilitada perante a Contratante.
- 3.3.** A Empresa licitante deverá apresentar certidão de registro no CREA e/ou CAU, bem como certidões de regularidades de pessoa física e jurídica do profissional responsável pela empresa e seus serviços.
- 3.4.** No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do Estado de Goiás, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 3.5.** Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de uma ou mais atestados de capacidade técnica em nome do licitante, demonstrando a execução, a qualquer tempo, de serviços compatíveis com os do objeto desta licitação, de complexidade equivalente ou superior, mediante certidões e/ou atestados provenientes de contrato em nome do próprio licitante (empresa) como contratada principal ou subcontratada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, obedecendo às parcelas de maior relevância e valor significativo.
 - a) Poderá ser solicitado, para conferir a autenticidade e a veracidade das informações constantes dos documentos emitidos em nome das licitantes, as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) em nome dos profissionais vinculados aos atestados, uma vez que. Atualmente, o CREA e CAU não emitem CAT/ART/RRT em nome da empresa.
 - b) Caso solicitada, a não apresentação de documentação comprobatória prevista no subitem anterior importará na inabilitação da licitante.
- 3.6.** Para as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, observar item 5.0 deste Projeto Básico.
- 3.7.** Os atestados exigidos no subitem anterior, para serem aceitos, deverão ter as seguintes informações:

3.7.1. Descrição das características técnicas da obra ou serviço;

- 3.7.2.** Atestar a execução parcial ou total do objeto do contrato;
- 3.7.3.** Ser firmado por representante legal do contratante;
- 3.7.4.** Indicação da data de emissão;
- 3.7.5.** Mencione o documento de responsabilidade técnica expedido em razão da obra ou serviço executado;
- 3.8.** A comprovação do quantitativo e metodologia/técnica de execução do(s) item(ns) relacionado(s) acima deverá ser feita pela apresentação do Atestado de Execução de Serviços e Certidão de Acervo Técnico (CAT), sendo facultada a apresentação de documentação complementar (como projetos executivo e laudos técnicos) caso as informações contidas na CAT não sejam suficientes para a finalidade a que se destina.
- 3.9.** Serão admitidas, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados concomitantemente;
- 3.10. Comprovação da capacitação técnico-profissional:** não serão exigidos quantitativos mínimos referentes a capacidade técnico-profissional, contudo, é essencial que a Contratada, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA, CAU ou CRT da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, a saber:
- 3.10.1.** Para o cargo de Engenheiro Civil/Arquiteto/Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada, ou devidamente reconhecido(s) pela entidade profissional competente, que seja(m) detentor (es) de atestado(s) de responsabilidades técnicas – ART junto ao CREA e/ou CAU por execução de obras/serviços de características semelhantes, relacionados a sua área de atuação, limitados as parcelas de maior relevância.
- 3.11.** As comprovações de vínculos entre os profissionais e a empresa licitante poderão ser comprovadas por meio de:
- a) Relação empregatícia por carteira de trabalho e previdência social – CTPS: identificação de seu portador, página relativa ao seu contrato de trabalho ou livro de registro de empregado autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho, ou;
- b) Contrato de prestação de serviço de profissional autônomo, que esteja registrado devidamente junto ao CREA e/ou CAU, com atribuições compatíveis com a característica dos serviços a serem licitados, ou;

c) Sócios ou Diretores estatutários da empresa licitante, por meio de estatuto ou contrato social, que tenham o registro junto ao CREA e/ou CAU.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A Empresa a ser contratada, deverá ter qualificação e entendimento para executar serviços de construção civil conforme descrição deste objeto, alinhando os seguintes serviços:

4.1. Elétrico:

- Execução de elétrico geral.

4.2. Pintura geral:

- Executar remoção de pintura antiga.
- Executar pintura de parede com terra cota.
- Executar emassamento das vigas e pilares.
- Executar pintura das vigas e pilares.
- Executar pintura das esquadrias.
- Executar pintura do muro.
- Executar pintura de teto.
- Executar pintura de letreiro.

4.3. Sanitário:

- Demolir piso cerâmico.
- Demolir revestimento cerâmico.
- Demolir vasos sanitários.
- Demolir alvenaria.
- Demolir porta metálica.
- Executar alvenaria.
- Executar porta padrão AGETOP modelo PF01.
- Executar porta padrão AGETOP modelo PPM4 (p11).
- Executar lastro de concreto para piso.
- Executar piso granitina com raspagem e aplicação de resina.
- Executar revestimento cerâmico.
- Executar hidrossanitário.
- Instalar vaso sanitário.
- Executar bancada em granito.
- Instalar cubas.
- Instalar lavatório de canto sem coluna.
- Executar janela padrão AGETOP modelo J4.
- Instalar barras de apoio.
- Instalar papeleira higiênica.
- Instalar descarga acessível.

4.4. Cozinha e Refeitório:

- Demolição da cobertura com estrutura da passarela.
- Demolição da alvenaria da passarela.
- Remoção de árvore.
- Demolição de piso concreto desempenado.
- Implantação de central de gás padrão agetop 1+1.
- Implantação da cozinha reduzida padrão seduc 2020 modificada.
- Executar muro de arrimo.
- Executar chapisco e reboco.
- Executar aterro com apiloamento.
- Executar lastro de concreto para piso.
- Executar piso granitina c/ raspagem e aplicação de resina.
- Executar piso concreto desempenado.
- Executar estrutural de cobertura.
- Executar cobertura c/ telha cerâmica.
- Executar pintura de estrutura metálica.
- Executar pintura do muro de arrimo.
- Executar alvenaria da platibanda(cozinha).
- Executar telhamento da cozinha.

4.5. Reforma ADM:

- Demolir cobertura com estrutura.
- Demolir alvenaria.
- Demolir forro de gesso c/ estrutura.
- Remoção de portas.
- Remoção de janelas.
- Remoção de bancada.
- Remoção de vasos sanitários.
- Demolição de piso granitina.
- Demolição do piso cerâmico.
- Demolição de revestimento cerâmico.
- Execução de alvenaria.
- Execução de chapisco e reboco.
- Executar divisória de granito.
- Executar bancada de granito.
- Instalar cuba cerâmica.
- Instalar vasos sanitários.
- Instalar janela padrão AGETOP mod. J-3.
- Instalar janela padrão AGETOP mod. J-15.
- Instalar porta padrão AGETOP mod. Pf-01.
- Instalar porta padrão AGETOP mod. Ppm4.
- Executar lastro de concreto para piso.
- Executar piso granitina com raspagem e aplicação de resina.

Escritório/Correspondências: Av. Transbrasiliana c/ Rua T-15, Qd. 610, Lt 03, Nova suíça, Goiânia-GO CEP: 74280-380

End. Pc Jeronimo Bento, nº s/n, Qd. 14 Lt.01, sala 01, Centro, Cep: 75.398-000 Santa Barbara de Goiás - GO

Razão Social: EJFB Engenharia EIRELI - CNPJ/MF Nº 31.304.945/0001-20

Fone: (62) 9 9181-6561 e-mail: betterengenharia@gmail.com

- Executar rodapé de granitina com raspagem e aplicação de resina.
 - Executar estrutural.
 - Executar cobertura com telha cerâmica.
 - Executar forro de gesso com estrutura.
- 4.6. Calçadas:**
- Demolir piso concreto desempenado.
 - Executar piso concreto desempenado (interno).
 - Executar apiloamento do piso.
- 4.7. Grelha:**
- Instalar grelha para piso acessível conforme NBR - 9050.
- 4.8. Acessibilidade:**
- Executar recorte de piso para instalação do piso tátil.
 - Executar piso tátil.
 - Execução de corrimão.
 - Execução de guarda corpo.
 - Execução de guarda corpo c/ corrimão.
 - Executar identificação tátil na entrada dos ambientes com números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo braille.
 - Executar mapa tátil.
 - Executar placa tátil em braille de alumínio p/ corrimão na rampa da entrada.
 - Executar dispositivos de alarme de emergência nos sanitários acessíveis a 40cm do piso próximo às bacias.
- 4.9. Guichê acessível:**
- Demolição de alvenaria.
 - Execução de janela tipo guilhotina.
 - Execução de bancada em granito
- 4.10. Quadra coberta:**
- Executar pintura da estrutura metálica.
 - Executar lixamento do piso.
 - Executar pintura epóxi do piso.
 - Executar alambrado.
 - Executar pintura do alambrado.
 - Instalar conjunto de trave de gol.
 - Instalar conjunto de basquete.
 - Instalar conjunto de vôlei.
- 4.11. Telhado (execução de elétrico):**
- Retirada de telha cerâmica com estrutura.
 - Retirada de telha fibrocimento com estrutura.
 - Retirada das telhas canaletão.
 - Executar estrutural metálico para cobertura cerâmica e do fibrocimento.
 - Executar telhamento cerâmico.
 - Executar telhamento com canaletão.

- Executar telhamento de fibrocimento.
- 4.12. Forro:**
 - Demolir forro de PVC com estruturas.
 - Executar forro de gesso com estruturas.
- 4.13. Passarela:**
 - Remoção de terra.
 - Executar alvenaria.
 - Executar chapisco e reboco.
 - Executar reaterro com apiloamento.
 - Implantar passarela padrão FNDE mod. 01.
 - Implantar passarela padrão FNDE mod. 02.
- 4.14. Obra:**
 - Executar tapume de madeirite (h=2,10), com reaproveitamento.
 - Implantar barracão de obras - padrão GOINFRA.
- 4.15.** Providenciar caçambas para retirada de entulho, restos de materiais da obra e descarte de algum material não mais utilizável ao longo da execução dos serviços contratados.

5. DO VALOR DOS SERVIÇOS

| VALOR PROJETO BÁSICO: | | R\$ 1.416.187,85 – ONERADA | | | |
|-----------------------|---|----------------------------|--------|-----------------|-----------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS | UNIDADE | QUANT. | PREÇO UNIT. R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
| 01 | Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-financeiro, relacionados com os serviços discriminados: ITENS RELACIONADOS EM PLANILHA. SERVIÇOS PRELIMINARES ADMINISTRAÇÃO LOCAL INSTALAÇÕES ELETRICAS PINTURA GERAL SANITÁRIO COZINHA E REFEITÓRIO BLOCO COZINHA REDUZIDA - PADRÃO SEDUC 2020 (MODIFICADA) ESTRUTURAL CONCRETO E METÁLICO - REFEITÓRIO REFORMA ADM CALÇADAS GRELHA ACESSIBILIDADE GUICHÊ ACESSIVEL QUADRA COBERTA TELHADO (EXECUÇÃO DE ELÉTRICO) | | | | |
| | | | 1 | | 44.241,32 |
| | | | 1 | | 67.494,10 |
| | | | 1 | | 135.942,32 |
| | | | 1 | | 99.166,40 |
| | | | 1 | | 34.139,72 |
| | | | 1 | | 49.669,73 |
| | | | 1 | | 249.006,71 |
| | | | 1 | | 342.320,00 |
| | | | 1 | | 61.882,47 |
| | | | 1 | | 16.280,64 |
| | | | 1 | | 923,31 |
| | | | 1 | | 44.727,81 |
| | | | 1 | | 3.138,74 |
| | | | 1 | | 68.514,90 |
| | | | 1 | | 116.744,95 |

| | | | | |
|--------------------------------|--|---|--|---------------------|
| FORRO | | 1 | | 2.466,28 |
| PASSARELA | | 1 | | 1.801,91 |
| PASSARELA PADRÃO FNDE MODELO 1 | | 1 | | 12.014,15 |
| PASSARELA PADRÃO FNDE MODELO 2 | | 1 | | 24.842,11 |
| HIDROSSANITÁRIO | | 1 | | 33.139,76 |
| COMBATE INCÊNDIO | | 1 | | 3.487,35 |
| IMPLANTAÇÃO DA REDE DE GÁS | | 1 | | 1.271,67 |
| DIVERSOS | | 1 | | 2.971,50 |
| TOTAL: | | | | 1.416.187,85 |

| PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: | | | | |
|-------------------------------------|----------------------------|----------------|---------------|--|
| | SERVIÇO / DESCRIÇÃO | UNIDADE | QUANT. | PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (50%) |
| | - Piso Granitina | M ² | 307,52 | 153,76 |

6. DA ESCOLHA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Para a reforma e ampliação do Colégio Estadual Dona Hormezinda Maria Carneiro, foram elaboradas as planilhas orçamentárias estimadas com as tabelas ONERADA e DESONERADA, como referência GOINFRA e SINAPI ou aqueles constantes nas composições de custos unitários elaboradas pela Better Engenharia. Após a execução das planilhas, verificou-se que a **ONERADA é a mais vantajosa, conforme art. 3º da Lei Federal 8.666/93.**

7. DO PLANO DE EXECUÇÃO

Após estudo dos profissionais envolvidos na elaboração dos projetos, foi estabelecido que a obra deverá ser realizada nas seguintes etapas:

Etapa 1: Executar os tapumes nos locais indicados e após demolir os elementos necessários e executar as ampliações, sendo a nova cozinha, o refeitório e a passarela.

Etapa 2: com a nova cozinha pronta, desocupar a antiga e executar a reforma do administrativo, em que, se necessário, executar as intervenções de um lado, e com revezamento de salas.

Etapa 3: Após a conclusão da reforma do administrativo, tendo então novos banheiros, um dos sanitários dos alunos deverá ser desativado temporariamente para a reforma, e durante este período os alunos deverão utilizar os sanitários novos no bloco administrativo. Ao finalizar o primeiro sanitário, desativar o outro para a reforma, no qual, os alunos poderão seguir utilizando os sanitários do bloco administrativo.

- A reforma elétrica deverá acompanhar a reforma o andamento da reforma do telhado, tendo em vista que, como a Unidade Escolar é em laje, ficará a cargo do fiscal definir como deverão acontecer tais intervenções.
- Os demais serviços que não estão descritos nas etapas acima poderão ser realizados em qualquer uma das etapas, pois não interferem no andamento da rotina escolar, ficando a cargo do fiscal

responsável pela obra definir em qual momento os serviços deverão ocorrer e também atendendo o cronograma físico-financeiro da obra.

No projeto de arquitetura estão representadas as etapas em desenho, para melhor compreensão do Plano de Execução, bem como com a indicação dos tapumes que auxiliarão no isolamento da obra e proteção dos servidores e alunos.

O Plano de Execução poderá sofrer alteração durante a obra, caso o fiscal juntamente com o gestor da unidade, identifiquem opções de execução que melhor atendam a realidade de funcionamento da unidade. O Plano de Execução só poderá ser alterado com autorização do fiscal responsável pela obra.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a contratada às penalidades constantes no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionalíssimos do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção.

8.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

8.2. Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

Escritório/Correspondências: Av. Transbrasiliana c/ Rua T-15, Qd. 610, Lt 03, Nova suíça, Goiânia-GO CEP: 74280-380

End. Pc Jeronimo Bento, nº s/n, Qd. 14 Lt.01, sala 01, Centro, Cep: 75.398-000 Santa Barbara de Goiás - GO

Razão Social: EJFB Engenharia EIRELI - CNPJ/MF Nº 31.304.945/0001-20

Fone: (62) 9 9181-6561 e-mail: betterengenharia@gmail.com

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

8.2.1. A multa a que se refere o item 8.2 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei.

- 8.3.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante;
- 8.4.** Os valores das multas de mora poderão ser descontados da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Contratante em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;
- 8.5.** As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado;
- 8.6.** Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 8.7.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 8.8.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 8.9.** A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;
- 8.10.** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

9. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 9.1.** A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos;
- 9.2.** Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.
- 9.3.** Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentadas pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.
- 9.4.** Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada;

Escritório/Correspondências: Av. Transbrasiliana c/ Rua T-15, Qd. 610, Lt 03, Nova Suíça, Goiânia-GO CEP: 74280-380

End. Pc Jerônimo Bento, nº s/n, Qd. 14 Lt.01, sala 01, Centro, Cep: 75.398-000 Santa Barbara de Goiás - GO

Razão Social: EJFB Engenharia EIRELI - CNPJ/MF Nº 31.304.945/0001-20

Fone: (62) 9 9181-6561 e-mail: betterengenharia@gmail.com

10. DO PRAZO DE ENTREGA

- 10.1.** O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.
- 10.2.** A recusa do serviço por parte da CONTRATANTE em função de divergência com a proposta apresentada ou com os parâmetros definidos neste instrumento, não acarretará a suspensão do prazo de entrega do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a sua reparação no prazo estabelecido, sem qualquer ônus para a Contratante.

11. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 11.1.** Concluída a obra, a contratada notificará a contratante por meio de notificação entregue ao gestor do contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.
- 11.2.** O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto no art. 73, inciso I, “a” e “b”, Lei Federal n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:

11.2.1. Do Recebimento Provisório

- a) Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada neste contrato, ou o término do prazo de execução contratual, o gestor do contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.
- b) Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o gestor do contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o “Termo de Recebimento Provisório”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.
- c) Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o gestor do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.
- d) Caberá à contratada, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.
- e) O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como *as built*. Baseando-se no manual “*Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas*”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) deverá receber do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como *as built* – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o *as built* da obra, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os

arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: *.dwg*, *.docx*, *.xls*, entre outras) e não editáveis (extensões: *.pdf*, *.jpg*, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

11.2.2. Do Recebimento Definitivo

- a) Após o recebimento provisório, a “Comissão de Recebimento Definitivo” a ser estabelecida pela Contratante será encarregada de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas e efetuar o recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório da obra.
- b) No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o “Termo de Recebimento Definitivo”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.
- c) No caso da vistoria, constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade contratante, no qual relatará o que houver constatado para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

11.2.3. Das falhas e irregularidades apontadas

- a) A Contratante, à vista do relatório, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:
- b) Notificar a contratada para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria;

11.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

12. DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

12.1. Fiscalização e Recomendações Operacionais

12.1.1. Considerando o disposto nos artigos nº 51 a 54, Seção III, Capítulo VIII, da Lei Estadual nº 17.928/2012, a fiscalização e gerenciamento do contrato serão realizados por gestor e comissão de fiscais designados por meio de portaria do Ordenador de Despesas.

12.1.2. Os fiscais e o gestor do contrato não terão nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, cabendo-lhes no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas à sua execução, comunicando à CONTRATADA, através do seu representante, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.

12.1.3. A partir do início da obra, os Projetos, as ART's ou RRT's do responsável pela Obra e o Diário de Obra deverão permanecer no canteiro. O Diário de Obra é destinado a registrar as ocorrências, naturais ou não, relevantes para o andamento dos serviços, cujas anotações deverão ser realizadas diariamente.

- a) São anotações obrigatórias no Diário de Obra as condições do tempo, a descrição dos equipamentos incluídos ou retirados no canteiro, a movimentação ocorrida no quadro Todas de pessoal, o resumo dos serviços realizados e as ocorrências disciplinares.
 - b) as anotações serão feitas pelo responsável técnico e/ou pela fiscalização.
 - c) A cópia do Diário de Obra fará parte integrante da Prestação de Contas.
- 12.1.4.** Somente será efetuado o pagamento da parcela contratual, se atestada pela fiscalização. A comprovação do pagamento se dará por emissão de Nota Fiscal, que será preenchida com destaque do valor de retenção de 11% do valor da mão-de-obra para a Previdência Social nas planilhas ONERADAS, ou, retenção de 3,5% para planilhas DESONERADAS, seguindo o que determina o Art. 7º, §6º, da Lei 12.546/2011.
- 12.1.5.** A identificação da planilha de execução da obra (Onerada/Desonerada) poderá ser averiguada no Projeto Básico item 6. Caso a empresa comprove possuir benefícios de leis específicas para o recolhimento. Para efeito da retenção, o valor da mão-de-obra não será inferior a 50% do valor da fatura emitida pela CONTRATADA.
- 12.1.6.** A possibilidade de **subcontratação parcial** do objeto licitado constitui decisão administrativa e/ou de cunho técnico. Por essa razão, pela natureza e as características do objeto a ser licitado, sempre que for julgado conveniente, devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE, de acordo com o parecer da fiscalização, poderá a CONTRATADA, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor da obra correspondente à parcelas completas da obra**, respondendo, entretanto, a CONTRATADA, perante a CONTRATANTE, pela execução dos serviços subcontratados. O licitante deverá anexar aos autos o(s) contrato(s) com o(s) subcontratado(s). O(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter regularidade fiscal e trabalhista. Os serviços passíveis de subcontratação são:
- a) Sondagem do Terreno;
 - b) Estrutura Metálica;
 - c) Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);
 - d) Marcenaria;
 - e) Central de Gás;
 - f) SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
 - g) Esquadrias Metálicas;
 - h) Transporte de Entulho.
- 12.1.7.** A Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas e legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho.
- 12.1.8.** Em conformidade com o art.45 da Lei estadual nº 17.928/2012, bem como o art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93, o critério a ser utilizado para efeito de reajustamento dos contratos, deverá ser a data da apresentação do orçamento a que a proposta se referir, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude dos transcurso de vários meses entre a data base de estimativa de custos e da abertura das propostas. Para efeito de cálculo, considerar 4(quatro) casas após a vírgula, utilizando os índices do INCC.
- 12.1.9.** Seguindo o exposto no **Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU** e exposto no **Acórdão nº 1977/2013 TCU**, esta Obra, objeto da licitação, não se enquadra no regime de

preço unitário, visto que os projetos elaborados e devidamente documentados favorecem a quantificação com precisão dos serviços relacionados no orçamento do objeto em questão. Portanto, deve-se manter o regime de Empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

12.2. Obrigações do Contratante

- 12.2.1.** Relacionar-se com a CONTRATADA através de seu preposto ou de seu representante legal;
- 12.2.2.** Verificar se a CONTRATADA executa o objeto em conformidade com sua proposta e com os parâmetros de qualidade e desempenho definidos neste instrumento e nos demais documentos que o integram;
- 12.2.3.** Conferir e efetuar aceite ou recusa dos serviços entregues pela CONTRATADA, caso não estiverem de acordo com o combinado;
- 12.2.4.** Sobrestar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente de liquidação por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- 12.2.5.** A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento mediante emissão da nota fiscal, por parte da CONTRATADA, conforme contrato e a entrega dos serviços.

12.3. Obrigações da Contratada

- 12.3.1.** A Contratada deverá apresentar garantia de execução contratual à Contratante no percentual de 5% (cinco por cento), nos termos do §1º do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme definido no Edital de Licitação e no Instrumento Contratual.
- 12.3.2.** A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, com suas alterações);
- 12.3.3.** A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, ao fiscal da obra, o Diário de Obra e o Livro de Ordem, contendo o relatório informativo acerca dos serviços executados no respectivo período, documentos que deverão, necessariamente, instruir os autos.
- 12.3.4.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar: Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) vinculada à CEI, exceto quando houver dispensa pela Previdência Social, neste caso será vinculada ao CNPJ da CONTRATADA;
- 12.3.5.** Para emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar:
 - a) Duas vias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução, com seu devido recolhimento perante os respectivos conselhos: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO), sendo que uma via será anexada à Prestação de Contas e a outra será encaminhada à Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras da Superintendência de Infraestrutura da SEDUC;
 - b) Diário de Obras;
 - c) Cópia de matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI);

12.3.6. Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviço, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas e/ou quantitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do § 3º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.

12.3.7. A contratação de empresas pela Contratante para serviços de REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES deverá observar os requisitos contidos na Instrução Normativa nº007/2017-GAB-SEGPLAN, os quais constarão, obrigatoriamente, dos editais dos processos licitatórios e, quando for o caso, de todos os tipos de documentos contratuais. É obrigação do(a) Fiscal da Obra ou do(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC a exigência de:

I - Cópia atualizada do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa Contratada;

II - Cópias atualizadas dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os empregados da CONTRATADA, que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à Contratante;

III - Cópia do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), atualizado, de acordo com a Normas Regulamentadoras no 01 (NR-1), no 09 (NR-9), e no 18 (NR-18), expedidas pelo MTb, quando aplicável ao objeto do contrato;

IV - Cópia das Ordens de Serviço Individual e Específica (elétrica, trabalho em altura e espaço confinado, quando for o caso) de todos os empregados da contratada que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à Contratante;

V - Cópias dos comprovantes (certificados ou outros) da realização dos treinamentos de segurança em conformidade com as Normas Regulamentadoras do MTE para os trabalhadores que desenvolverem atividades de alto risco, tais como: eletricidade (NR -10 Básico), máquinas e equipamentos (NR -12), trabalho em altura (NR 35) e outros;

VI - Cópias das fichas de registro da entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI fornecidos aos empregados que irão trabalhar da edificação jurisdicionada à Contratante;

§ 1º Os documentos aos quais se referem os incisos deste artigo devem ser fornecidos, no ato da assinatura contratual, ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, que os encaminhará imediatamente ao:

a) SESMT Público (Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público), onde houver (Águas Lindas, Anápolis, Goianésia, Goiânia, Iporá, Itumbiara, Quirinópolis), para validação em 5 (cinco) dias;

b) Ou, onde não houver SESMT, os documentos deverão ser fornecidos ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, para regularização e fiscalização em atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;

c) As cópias dos documentos de segurança e saúde no trabalho deverão permanecer na obra à disposição da fiscalização.

12.3.8. Ainda considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa 07/2017-GAB/SEGPLAN, a empresa Contratada comprometer-se-á com os seguintes itens, conforme as exigências legais:

I - Formar sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou Designado de CIPA conforme determinações da NR-5 da Portaria 3.214/78;

II - Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) específicos aos riscos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como, treinamento de uso adequado, guarda e conservação e registro/controlar de entrega dos mesmos, sendo o uso obrigatório por parte dos empregados em áreas/ atividades de risco dentro do que determina a NR-6, da Portaria 3.214/78 do MTE;

III - Registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) na ocorrência de qualquer acidente com seus empregados nas dependências ou a serviço da edificação jurisdicionada à Contratante, bem como nos ocorridos nos trajetos;

IV - Treinar os seus empregados, em caso de identificação de riscos, após o início do contrato, para os quais os trabalhadores ainda não foram treinados, antes do início da execução das respectivas atividades, quanto aos riscos inerentes à função e quanto às medidas de controle existentes, em atendimento às Normas Regulamentadoras do MTE;

V - Responsabilizar-se pelo atendimento e encaminhamento do seu empregado acidentado;

VI - Providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessárias, dos programas PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO para as atividades / serviços contratados;

VII - Providenciar a elaboração das documentações exigidas para os trabalhos/ atividades de alto risco, tais como: trabalho em altura (NR 35), eletricidade (NR-10 Básico e SEP quando aplicável) máquinas e equipamentos (NR 12) e outros, conforme as Normas Regulamentadoras do MTE.

- 12.3.9.** É de responsabilidade da empresa contratada apresentar ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, cópias dos documentos mencionados neste Projeto Básico, em conformidade com a Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN, a contar da data do início das atividades.
- 12.3.10.** O(a) Fiscal da Obra ou o(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho;
- 12.3.11.** O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou da legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo por omissão quanto à falta por não cumprir com as exigências de Segurança e Saúde do Trabalho de acordo com a Normas Regulamentadoras do MTE, com adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.

Obs.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com a Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, localizada na Av. Anhanguera, , nº 1630 – Setor Leste Vila Nova – CEP: 74.643-010 – Goiânia – Goiás - FONE: (62) 3201-3067 / 3201-3046 / 3201-3148 / 3201-3149 / 3201-3131.

Atenção:

Os arquivos contendo os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo estão disponíveis no site: www.educacao.go.gov.br .

Superintendência de Infraestrutura, em Goiânia, aos 10 dias do mês de Julho de 2023.

Elvandro Juvenal Flores Borges
Engenheiro Civil
CREA 21.614/D-GO